

# Percurso metodológico de análise do Programa Bolsa Família na RMS/Bahia: estudo de caso de Camaçari, Candeias e Simões Filho\*

The methodological pathway of the analysis of Family Scholarship (Bolsa Família) in RMS/Bahia: a case study of Camaçari, Candeias e Simões Filho

DENISE YASODÁ FREITAS DORNELLES\*\*



**RESUMO** – O artigo apresenta o caminho metodológico seguido durante o percurso da investigação, apresentando os diferentes processos em que a mesma foi desenvolvida: enquadramento do estudo, constituição da amostra e trabalho de campo. A situação de entrevistas: contextos, atores, efeitos sociais e a metodologia de tratamento dos dados sobre os impactos dos Programas de Transferência de Renda, nomeadamente o Programa Bolsa Família no universo dos municípios de Camaçari, Candeias e Simões Filho, situados na Região Metropolitana da cidade de Salvador no estado da Bahia. Torna-se importante destacar que os aportes que balizaram o referencial teórico e empírico da pesquisa foram de cunho sociológico, na perspectiva de uma investigação científica permeada por um olhar característico do Serviço Social, portanto, uma pesquisa orientada e aplicada eminentemente dentro deste universo heurístico. Neste sentido, os diálogos conceituais postularam elementos do campo das políticas sociais, de estudos sobre família, pobreza, vulnerabilidade e dos estudos sobre exclusão social.

**Palavras-chave** – Política social. Família. Exclusão. Pobreza. Transferência de renda. Bolsa Família.

**ABSTRACT** – The article presents the methodological path followed during the course of investigation, presenting the different processes in which it was developed: framing the study of sampling and field work. The situation of interviews: contexts, actors, social effects and the methodology for processing data on the impact of income transfer programs, including the Family Grant Program in the universe of municipalities Camaçari, Candeias and Simões Filho, located in the metropolitan area of the city Salvador in Bahia state. It is important to emphasize that the concepts that guided the theoretical and empirical research was a sociological, from the perspective of a scientific research permeated by a characteristic look of Social Work, therefore, a highly research oriented and applied within this universe heuristic. In this sense, the dialogues postulated conceptual elements of the field of social policy studies on family, poverty, vulnerability and studies on social exclusion.

**Keywords** – Social politics. Family. Exclusion. Poverty. Transference of income. Program Bolsa Família.

---

---

\* A pesquisa seguiu orientação da legislação vigente (Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos – SISNEP), fazendo uso dos cuidados éticos e utilizando o TCLE – documento que informa e esclarece o sujeito da pesquisa de maneira que ele possa tomar sua decisão de forma justa e sem constrangimentos sobre a sua participação em um projeto de pesquisa.

\*\* Doutora em Políticas Sociais - PUCRS. Investigadora na qualidade de pós-doutora (CAPES\Brasil) pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra - Portugal (CES\UC-PT); investigadora da ONG Comunidade Sustentável Morada da Paz e pesquisadora CNPq. E-mail: [denisefd@gmail.com](mailto:denisefd@gmail.com).

Ver também em: [http://www.ces.uc.pt/investigadores/index.php?action=bio&id\\_investigador=348&id\\_lingua=1](http://www.ces.uc.pt/investigadores/index.php?action=bio&id_investigador=348&id_lingua=1).

Submetido em: novembro/2009. Aprovado em: junho/2010.

**E**ste artigo é produto da pesquisa de campo e teórica, apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq –, desenvolvida pela equipe de pesquisadores da linha de pesquisa Assistência Social, Práticas Sociais e Interdisciplinaridade, realizada no período entre julho de 2007 a julho de 2009, cuja proposta investigativa decorreu da análise *dos impactos dos programas de benefícios de transferência de renda nos municípios da região metropolitana da cidade de Salvador, do estado da Bahia: o Programa Bolsa Família*.

A realização e tratamento das entrevistas aplicadas aos diferentes atores envolvidos com o Programa Bolsa Família (beneficiários, gestores, técnicos) foram assegurados pela participação de comprometidos bolsistas de iniciação científica e técnicos do campo do Serviço Social, da Economia e da Geografia, a saber: os bolsistas de iniciação científica auxiliaram na recolha dos dados; os técnicos assistentes sociais, no argumento teórico e análise qualitativa e de conjuntura da proteção social no Brasil; os economistas no tratamento estatístico e análise socioeconômica regional e local; os geógrafos contribuíram para a análise da dialética exclusão-território no universo da pesquisa relativo aos dados que emergiam do processo da coleta dos mesmos.

Esta parte do estudo se subdivide em outras quatro, com a intenção de apresentar detalhadamente os passos metodológicos que foram construtores e construídos pelo processo de produção de conhecimento que este estudo investigativo potencializou. Assim, estes correspondem aos principais vetores metodológicos utilizados na análise de conteúdo categorial de toda a investigação. Para a operacionalidade deste processo, primeiro foi realizado o enquadramento do estudo, seguido da constituição da amostra, para posterior trabalho de campo, até as técnicas de tratamento dos dados.

Orientada pela metodologia quanti-qualitativa, com o predomínio qualitativo, a pesquisa prosseguiu o seu curso, considerando as narrativas de vida e as memórias de exclusão presentes nas biografias, e os possíveis impactos do Programa Bolsa Família na (ir)reversibilidade das trajetórias de pobreza e miséria vividas pelas famílias beneficiárias dos municípios focos da pesquisa. Debruçou-se na dimensão socioespacial das famílias beneficiárias, analisando os seus territórios de vida e, em particular, os impactos do Programa Bolsa Família no cotidiano das famílias; a relação dos sujeitos com a perspectiva de (re)inserção social.

Neste aspecto, merecem atenção especial a avaliação subjetiva das iniciativas de alfabetização e a formação profissional, que poderiam estar associadas a um processo de inserção. Analisaram-se os modos de relação com o trabalho e o emprego; as relações sociais que compreendem os modos de inserção coletiva e formal dos sujeitos beneficiários. Por fim, tratou-se do perfil identitário das famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família, considerando novamente a avaliação subjetiva de seus impactos.

Cabe destacar o esforço empregado aos entrevistados para que tivessem espaço de manifestarem as suas vozes, a fim de que fosse possível confrontar a análise do investigador com a reflexividade própria e irredutível dos sujeitos da pesquisa.

### **Enquadramento do estudo**

Decorridos seis anos de execução do Programa Bolsa Família no Brasil, a Região Norte e Nordeste tem o maior índice de famílias beneficiárias no programa. A Bahia é um dos principais Estados da Região em densidade populacional de famílias em situação de vulnerabilidade social (cerca de um milhão de famílias); e a capital, Salvador, com mais de 250 mil famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, considerou-se, deste modo, relevante um maior aprofundamento de um processo de avaliação.

Os aspectos inovadores do Programa Bolsa Família, face às políticas tradicionais de proteção social, com novas lógicas de definição de conteúdo, novos processos e a exigência de novos recursos, permitiram que se propusesse a presente pesquisa como mais um dispositivo de avaliação deste

programa, que contribuísse com a operacionalização da política de transferência de renda como uma política de assistência social. Com objetivo de avaliar impactos, a pesquisa busca analisá-los no sentido de compreender os seus efeitos e também contribuir para tornar possíveis estratégias de intervenção dos poderes públicos locais no futuro.

As novas lógicas de conteúdos e processos propostos pelo Programa Bolsa Família, a saber, o direito mínimo de subsistência a todos os que não têm recursos, independente do motivo, estão atendendo a um dispositivo da CF/1988<sup>1</sup> e da LOAS/1993. Definição que se baseia num reconhecimento alargado da multiplicidade de razões e contextos em que a exclusão social se produz hoje. Em segundo lugar, o Estado compromete-se a apoiar as situações de ruptura de rendimentos perante um esforço pessoal e familiar de (re)inserção social e/ou profissional. Em terceiro, o Estado apela a uma estrutura de parceria alargada para se encontrarem e gerirem os recursos de inserção, assistindo-se simultaneamente a uma territorialização das políticas de assistência social e a uma ampliação da base de responsabilidade coletiva para acionar e encontrar recursos face à exclusão social e à pobreza.

Considerou-se, portanto, no momento atual, que a centralidade da pesquisa deveria ser a avaliação no aprofundamento das questões e problemas que os processos de execução do programa provocam e na autopercepção dos impactos que os vários agentes intervenientes têm (parceiros, técnicos e muito especialmente os beneficiários).

O processo investigativo procurou, então, compreender os efeitos que o programa teve no nível dos cotidianos das famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família, especialmente no que diz respeito aos percursos de inserção no âmbito do programa, mas também no acompanhamento socioassistencial; e de que modo o programa influenciou na metodologia do processo de trabalho dos técnicos (assistentes sociais especificamente). O Programa Bolsa Família se baseia numa filosofia de parceria, assim, pretendeu-se avaliar quais os efeitos que esta estratégia de ação veio trazer na articulação entre parceiros locais e que efeitos esta articulação trará à própria comunidade que constitui o seu conjunto.

Em termos metodológicos, importa referir que a fase de coleta qualitativa de dados, através das entrevistas às famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família, foi complementar a uma análise mais quantitativa do perfil dos beneficiários e dos técnicos que fazem o acompanhamento direto às famílias.

Para aplicação dos questionários, optou-se por uma amostra aleatória simples, do universo de famílias beneficiárias nos municípios (Camaçari, Candeias e Simões Filho), de acordo com o número de beneficiários do Programa Bolsa Família existente em cada um dos 3 municípios da Região Metropolitana de Salvador – RMS – eleitos para análise, de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1: Perfil dos beneficiários Bolsa Família por município e questionário respondido

Município	Nº de beneficiários	Questionários entregues	Questionários respondidos	Questionários válidos
Camaçari	14.022	1.600	950	325
Candeias	5.754	600	576	250
Simões Filho	8.890	1.000	400	140

Fonte: IBGE2004 MDS/nov. 2008 e banco de dados da Pesquisa IPTR: PBF\RMS.

Na aplicação de questionários aos técnicos que fazem o acompanhamento direto às famílias, optou-se pela constituição de uma amostra aleatória ao universo de técnicos. A referida amostra contém um nível de confiabilidade de 95% e um erro máximo admissível de 5%, sendo a sua dimensão de um total de quinze técnicos: dez do município de Camaçari, três de Simões Filho e dois de Candeias.

## Constituição da amostra

A dificuldade de constituir tipologias empíricas que traduzem a diversidade de situações de exclusão das famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família conduziu-nos, numa primeira fase, à consulta de alguns estudos sobre pobreza, família, exclusão social e vulnerabilidade. Para tanto, as fontes encontradas pautaram-se inicialmente em Simmel (2005), Paugam (2003), Rocha (2004), Hobsbaw (2004).

Em termos analíticos, esteve-se atento para que a problemática contida nos processos de exclusão devido a sua multidimensionalidade e o fato de que sua compreensão teórica não se constituísse em hipóteses estanques que não revelassem a interdependência e a justaposição de alguns sistemas de exclusão como os que foram identificados pela pesquisa nas famílias entrevistadas.

Nas famílias entrevistadas, foi possível identificar fatores que conduziram a situações de pobreza e exclusão, como os que denominaremos de fatores objetivos – que influenciam diretamente nas condições de existência – e os fatores subjetivos e relacionais – as dinâmicas presentes nas formas de reagir a dificuldades cotidianas (identidades social, territorial). São fatores que se apresentaram como fundamentais na análise das histórias de vida das famílias entrevistadas, uma vez que permitem o estabelecimento de cruzamentos através do sentido dado pelos próprios sujeitos da pesquisa – o universo das famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família às suas vivências, suas reações aos estigmas e as formas encontradas para superar constrangimentos situacionais vividos.

Na constituição do universo de análise das entrevistas realizadas com famílias beneficiárias, consideraram-se os sistemas de exclusão propostos pelos autores-base, incidindo naqueles que foram identificados pela pesquisa como mais predominantes nos sujeitos foco da investigação. A identificação da sua dominância pressupôs, numa primeira fase, uma análise dos dados estatísticos do Programa Bolsa Família, tendo-se procedido, num segundo momento, à realização de entrevistas exploratórias com os gestores do Programa Bolsa Família local, assumindo estes o estatuto de informantes privilegiados sobre a problemática em foco.

No contexto da metodologia adotada pela pesquisa, a base metodológica qualitativa e de nível exploratório, não se intencionou saturar a informação para cada perfil encontrado. No entanto, assumiu especial relevância na pesquisa, a diversidade dos potenciais entrevistados dentro dos perfis escolhidos no sentido de garantir certa extensividade, face aos objetivos propostos. Foram assim relacionados quatro perfis-tipos de famílias beneficiárias:

- famílias com jovens em situação de marginalidade;
- famílias com problemas de saúde;
- famílias com adolescentes grávidas;
- desempregados de longa duração.

Destes perfis-tipos, procurou-se diversificar a sua composição interna através das seguintes variáveis:

- tipologia região metropolitana (centro e periferia);
- relação com o mercado (comércio local e mercado de trabalho);
- tipo de solidariedades informais existentes ou não;
- relação com a política de assistência social;
- tempo de permanência no Programa Bolsa Família;
- situações de (re)ingresso no Programa Bolsa Família.

Estas variáveis de diversificação foram comuns aos quatro perfis-tipos definidos, sendo que para alguns destes, as variáveis como sexo, idade, situação conjugal e dimensão da família pareceram determinantes para a sua caracterização fina. Desta forma resultaram em quatro subperfis:

- (21) famílias com problemas em que o titular apresenta doença crônica;
- (382) famílias em que a titular esteja na faixa-etária entre 25 a 39 anos;
- (155) famílias cujo chefe de família seja idoso;
- (321) famílias em que o único recurso é o benefício do Programa Bolsa Família.

Após a caracterização de cada um dos subperfis, restava selecionar os titulares a serem entrevistados. Para isso foi necessário contatar com cada secretaria gestora do Programa Bolsa Família dos três municípios (Camaçari, Candeias e Simões Filho) da Região Metropolitana. Foram aplicados questionários com cinquenta perguntas: vinte perguntas específicas para as famílias beneficiárias; dez, para os técnicos assistentes sociais; dez, para os secretários e/ou gestores do programa; cinco, para os agentes sociais envolvidos com o programa; e cinco perguntas para lideranças locais (sociedade civil).

Foram aplicados às famílias beneficiárias 3.600 questionários (ver Quadro 1). Foram respondidos 1.826, dos quais 715 puderam ser validados e equitativamente distribuídos. Houve cuidados em garantir também equidade numérica por perfil-tipo. Foram aplicados questionários para seis técnicos assistentes sociais, três secretários e/ou gestores do programa, seis agentes sociais envolvidos com o programa e seis lideranças locais (sociedade civil).

Além da aplicação do questionário, realizaram-se 18 grupos focais voltados para as famílias beneficiárias, dos quais participaram no total de todos os grupos realizados 35 representantes do município de Simões Filho; 50 do município de Camaçari; e 15 do município de Candeias. Para orientação dos Grupos Focais (GF), estabeleceram-se rodadas de conversação da forma mais igualitária possível, com o objetivo de possibilitar a reflexão acerca da inserção social, das condicionalidades; sobre a titularidade do programa e das expectativas de vida. As entrevistas com as lideranças locais objetivaram obter informações sobre como é concebido e apropriado localmente o programa e a sua importância em relação a outros projetos e programas realizados no município.

## **Trabalho de campo**

O trabalho de campo teve início em julho de 2008. Para realização do trabalho de campo, foram constituídas equipes coordenadas, para as quais se distribuíram as entrevistas dos diferentes municípios da Região Metropolitana de Salvador. A constituição das equipes do guião de entrevistas obedeceu a critérios que garantissem a sua multidisciplinaridade e a consequente diversidade de olhares, não só no momento do contato direto com os entrevistados como também, e, fundamentalmente, no período de tratamento dos dados coletados. Formaram a equipe estudantes: um de Economia; vinte do curso de Serviço Social; três do curso de Geografia e Urbanismo; e quatro do curso de Direito.

No momento de formação das equipes de entrevistadores, contou-se com os seguintes objetivos:

- a. Aproximar os entrevistadores à problemática da investigação através da explicação de sua filosofia, do que é o Programa Bolsa Família e dos perfis dominantes das famílias beneficiárias;
- b. Fornecer instruções gerais sobre o questionário por entrevistas, explicando aspectos relativos à realização das entrevistas, enfatizando a situação/contexto material e social da pesquisa;
- c. Fornecer instruções específicas sobre o guião a ser aplicado através da explicação da especificidade de algumas questões, lembrando sempre os objetivos da pesquisa;
- d. Estimular a troca de impressões entre os entrevistadores para facilitar e estimular o trabalho de campo.

## **A situação de entrevistas: contextos, sujeitos, efeitos sociais**

A pesquisa de base sociológica, compreensiva sobre o impacto do Programa Bolsa Família, a partir do sentido cultural que os sujeitos atribuem às suas experiências, deve envolver uma reflexão sobre as condições sociais da sua produção. Uma investigação como a que se desenvolveu não constitui, por isso, exceção, tanto que o seu objeto, o Programa Bolsa Família – PBF – é motivo de intensas lutas políticas e sociais. Não há como ignorar as polêmicas públicas que orbitam em sua volta, como acusações de fraudes, desincentivo ao trabalho e de ‘mau uso do recurso’. Estas mesmas representações, aliás, estabeleceram-se, como se buscou evidenciar ao longo da análise, um dos objetos da investigação.

Questões que atravessam os palcos políticos da esfera pública, mas que se encontram, também, presentes nos múltiplos palcos locais de luta que são, afinal, os vários microcosmos sociais nos quais se inscrevem as famílias beneficiárias e os seus discursos em torno do Programa Bolsa Família.

Discorrer, entretanto, sobre as implicações do macrocontexto político no discurso dos entrevistados constituiria, por si só, tarefa para uma investigação mais específica. Interessa, contudo, levantar algumas questões de âmbito geral, quanto aos contextos locais de produção das entrevistas e o processo de sua execução, fugindo ao risco de considerar o “espaço dos pontos de vista” sobre o Programa Bolsa Família, entidade externa à prática narrativa, produzida em situação social (BOURDIEU, 1998). Uma análise dos discursos que se esforce por localizar e controlar os limites e as forças da sua própria interpretação, portanto, caracterizou-se um momento de concentração nos elementos da situação da entrevista e da interação social entre entrevistado e entrevistador.

No trabalho de campo, efetuado nos municípios de Simões Filho e Camaçari, foi com facilidade que os entrevistadores ganharam a predisposição dos indivíduos às entrevistas, quanto ao acordo necessário e cumplicidade inicial. O mesmo se pode afirmar em relação ao consentimento da gravação magnética apesar de algumas hesitações iniciais. De modo geral, efetuam-se as entrevistas com a ausência, praticamente, de situações de recusa ou resistência da parte dos entrevistados(as).

Com o município mais distante, Candeias, houve o benefício de se poder contar, sobretudo, do sistemático contato prévio (direto ou por telefone) prestado pelos técnicos do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos agentes sociais locais. Quando isso não era possível, bastou a apresentação e a explicação do trabalho por parte do(a) entrevistador(a).

Acredita-se, mais especificamente no primeiro caso, que este fácil acesso deu-se primeiro à intermediação dos técnicos, cujo patrimônio de confiança com as famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família tenha servido de “crédito” ao entrevistador. Segundo, a associação equivocada que as famílias beneficiárias estabeleciam, por um lado, entre a situação da entrevista e outras situações de consulta ou entrevista para efeitos de algum outro benefício ou programa social e, por outro, entre os papéis sociais atribuídos ao entrevistador e a si mesmo.

Fortemente associada à situação de beneficiária, esta fenomenologia da situação de entrevista tornava, senão por momentos, a relação com os programas sociais através do Programa Bolsa Família, situação para novo desempenho do papel de beneficiária. Não se admira que os entrevistadores fossem confundidos ora com técnicos da assistência social, ora simplesmente como agentes mandatários em nome do Programa Bolsa Família. E, que, por vezes, efeito da relação de dádiva – contrapartida em que a família assistida se vê enredada pelo Programa Bolsa Família, facultando à função efetiva da entrevista – e fosse vivida menos como tempo de avaliação e conhecimento do Programa Bolsa Família em si, e mais como tempo de vigilância ou fiscalização da família, a qual sente e teme o espectro do “corte” do benefício.

Assim sendo, do ponto de vista da família assistida, a situação corria o risco de decorrer sobre o pano de fundo de uma estrutura assimétrica de papéis e identidades, entrevistador-entrevistado; inscrita ela mesma na estrutura típica de relação entre estado (ou, por delegação, o técnico) e família assistida.

Dois efeitos fundamentais derivaram desta definição de situação que opõe o ponto de vista do entrevistador (delegado e assumindo um trabalho de coleta de dados e vivências do Programa Bolsa Família, com o fim de avaliar um programa social); e o ponto de vista do entrevistado (continuando a desempenhar o seu papel em entrevista como se fosse de uma relação de intervenção social e se tratasse, sentindo-se ele mesmo e as suas condutas objetos de exame ou averiguação normativa). Este jogo de pontos de vistas poderia ter provocado a inversão dos respectivos lugares de sujeito e o foco da avaliação. E que, do ponto de vista da família assistida, era mais ela mesma o centro de avaliação e exame, do que o próprio Programa Bolsa Família, enquanto medida estatal.

Os efeitos potenciais desta estrutura de intervenção traduziram-se ainda, em maior ou menor grau, em estratégias de ocultação/revelação tendentes a encerrar a situação de entrevista ou constituir narrativas da família assistida numa tentativa de atender às expectativas normativas do “bom beneficiário” do Programa Bolsa Família. Veja-se o exemplo em que certas famílias ocultaram do visitante eventuais sinais de “prosperidade” como celular, DVDs, receando, talvez, “perder o direito” ao Programa Bolsa Família.

Acontecimentos como o que foi citado revelam que as famílias possuem, por vezes, a percepção apurada de se encontrarem num jogo contratual de dádiva-contrapartida face ao Programa Bolsa Família, onde há “comportamentos potencialmente puníveis” com a perda do benefício. O modo como a situação de entrevista configurou um momento forte de gestão da identidade das famílias beneficiárias está presente em um trecho da nota de campo que nos remete ainda para a complexa e tensa gestão dessa mesma identidade na comunidade e nas relações de vizinhança.

Uma representação clara de sua intenção, dos propósitos do entrevistador(a) e uma boa estratégia de orientação da entrevista estiveram presentes entre as táticas adotadas para lidar com os efeitos sociais já referidos; derivados da relativa sobreposição cognitiva da entrevista a situações comuns vivenciadas na relação com outros programas socioassistenciais. Tratava-se de encontrar, como refere Bourdieu (1998), uma comunicação não ‘violenta’, contraindo os efeitos de intrusão.

Com a consciência destes constrangimentos e na tentativa de reduzir a relativa violência simbólica da situação, procuramos aplicar o guião e desenvolver a interação da entrevista, manifestando posturas de escuta ativa e interessada e buscando ao máximo a empatia do(a) entrevistado(a). Foi por este motivo que houve a necessidade de alterar a ordem de algumas questões do guião inicial.

A avaliação do primeiro dia de trabalho de campo revelou desvantagem em começar por questionar os entrevistados acerca de sua vida passada e sobre a sua situação de pobreza, pelo que, então, iniciou-se a entrevista centrada no Programa Bolsa Família. Apelou-se para o centramento da entrevista no objeto, Programa Bolsa Família, e não na visivelmente penosa autoavaliação das famílias entrevistadas. Consideradas demasiadamente “violentas” para a introdução da entrevista, guardaram-se estas perguntas para um momento em que já houvesse uma atmosfera mais empática e certa confiança no entrevistador(a).

Constatou-se, a partir das notas de campo de um entrevistador, que a “violência simbólica”, associada ao ato de contar a sua própria vida, é revelada pelo intenso peso emocional que os(as) entrevistados(as) demonstraram ao narrarem as suas biografias de sofrimento, manifestando, por vezes, em algumas crises de choro. Foi inclusive necessário interromper o registro magnético (a gravação) da entrevista em certos pontos da narrativa de vida.

O mesmo esforço levou-nos a procurar as pessoas nas próprias casas, efetuando as entrevistas nas residências, ou esporadicamente, em espaços públicos (como praças, bares). A vantagem desta estratégia de situar as entrevistas em espaços socialmente familiares ao entrevistado(a), (em casa) ou

neutros (praças), consistia em eliminar, do lado do entrevistado(a), os efeitos de estranheza e desconforto decorrentes de ambientes de “entrevistas em gabinetes”, por exemplo.

“Esteja à vontade!” passou a ser a frase dirigida ao entrevistador e não ao entrevistado, inferindo nas posições assimétricas de início, concedendo ao entrevistado os benefícios da familiaridade do lugar e, assim, uma relativa situação de controle da entrevista. Esperava-se, com isso, minorar os efeitos de assimetria decorrentes da (potencial) associação da entrevista a práticas de vigilância dos comportamentos das famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família. E isso, tanto mais quando se oferecia, por vezes, a possibilidade de, através da influência dos assistentes sociais sobre os beneficiários, efetuar entrevistas nas instalações locais como a do CRAS, por exemplo. Deste modo se pode afirmar (contra certo determinismo da assimetria entrevistador-entrevistado) que às vezes esteve mais nas mãos do entrevistador a tarefa de gerir a familiarização do entrevistado e de outros agentes em situação do que o inverso.

Esta estratégia de busca da “não violência” permitiu aos entrevistadores um contato direto com o contexto habitacional e material da vida cotidiana das famílias que foram entrevistadas, o que muito contribuiu na tarefa interpretativa. Neste sentido, solicitou-se para cada entrevista transcrita a anexação das observações do contexto das entrevistas que o simples registro magnético do discurso não era capaz de restituir. A aplicação das entrevistas foi organizada em equipes de entrevistadores para cada município. Havendo para cada entrevistador a tarefa de conduzir individualmente as entrevistas.

Na expectativa de que as entrevistas decorressem como interações entre entrevistador-entrevistado, buscou-se a racionalidade individual das respostas e discurso, bem como as vantagens da intimidade possível na interação face a face entre os sujeitos. Este procedimento, presente em certa idealização metodológica do controle da entrevista como “diálogo a dois”, liberta de outras variáveis contextuais que não a pura intenção entre dois indivíduos. Desta forma, crê-se possível penetrar em discursos numa suposta irreduzível razão livre e individual de cada sujeito inquirido. Contudo, a prática das entrevistas processou-se, muitas vezes, em cenários sociológicos bem mais complexos e coletivos, nos quais só a muito custo os entrevistadores conseguiram preservar o decurso da entrevista dentro do padrão puro do “diálogo a dois”.

Foram frequentes as situações em que as entrevistas decorreram total ou parcialmente na copresença de uma (ou mais) pessoas além do entrevistado: (filha/o; pai/mãe ou esposo(a); netos pequenos; irmãos(ãs), ou ainda de uma vizinha. As modalidades dessa copresença foram diversas, indo desde a presença silenciosa e/ou vigilante. A presença por vezes silenciosa não foi interpretada como passividade ou sem interferência na situação, uma vez que uma postura silenciosa pode desencadear fortes efeitos de constrangimentos tanto no entrevistador(a) quanto no entrevistado(a).

Postula-se, daí, que o discurso que emerge nestas situações em que os ouvintes acabaram, em alguns casos, até a responder pelo entrevistado, mais como expressão da comunidade sociológica do que a expressão de sujeitos individuais num mero encontro face a face entre entrevistador(a) e entrevistado(a).

Concluiu-se que desta imagem mais heterogênea e coletiva da situação não devêssemos, porém, deter-nos no alarmismo metodológico da corrupção do discurso individual do entrevistado(a) por variáveis externas. Importou em estabelecer uma reflexão crítica sobre certa ficção da individualização da família beneficiária.

É interessante notar como a própria diversidade dos sujeitos em cena na entrevista pôde encarnar ou tipificar os sujeitos que a compuseram, e até mesmo, definiram, em alguma medida. O cosmos social do cotidiano das famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família e no nível das narrativas, aqueles mesmos sujeitos vêm emergir ao longo dos relatos de vida, ou dos discursos sobre si e sobre o Programa Bolsa Família. Nesse aspecto, acredita-se que foi particularmente assimilável, no caso do perfil-tipo que foi analisado.



O perfil-tipo “famílias com desempregados de longa duração” encontra, no espaço privado e doméstico das relações de vizinhança, o principal território coletivo das suas práticas e da sua identidade social. Assim, as entrevistas, uma vez situadas nesse mesmo espaço da casa, vêm inscrever-se como evento no fluxo das estruturas centrais do cotidiano das entrevistas.

Diante desta homologia relativa, constatou-se o que esteve na origem contextual das situações de observação e registro das histórias e discursos que recolhemos: a vivência do próprio microcosmo social dessas famílias, o domínio coletivo sem o qual as suas subjetividades não podem sociologicamente serem compreendidas e tampouco socialmente constituírem-se.

### Metodologia de tratamento das entrevistas

Após a transcrição integral das entrevistas, foram elaboradas duas fichas de caracterização para se proceder a uma análise “horizontal” do material, de forma a permitir a comparabilidade. Uma destas fichas sintetiza as principais variáveis de caracterização do entrevistado(a) e seus familiares. A outra centra-se no percurso de vida dos sujeitos, procurando identificar as principais etapas da trajetória residencial geográfica e profissional, bem como os momentos de ruptura.

Com base no tratamento realizado, elaboraram-se operadores de análise (DORNELLES, 2008) de leituras (sinopses) para cada entrevistado, ou seja, uma síntese de cada entrevista em função das problemáticas anotadas, previamente definidas ou surgidas no percurso (ver Quadro 2). Este tratamento permitiu um conhecimento mais organizado de cada entrevista e, simultaneamente, facilitou a análise comparativa das mesmas.

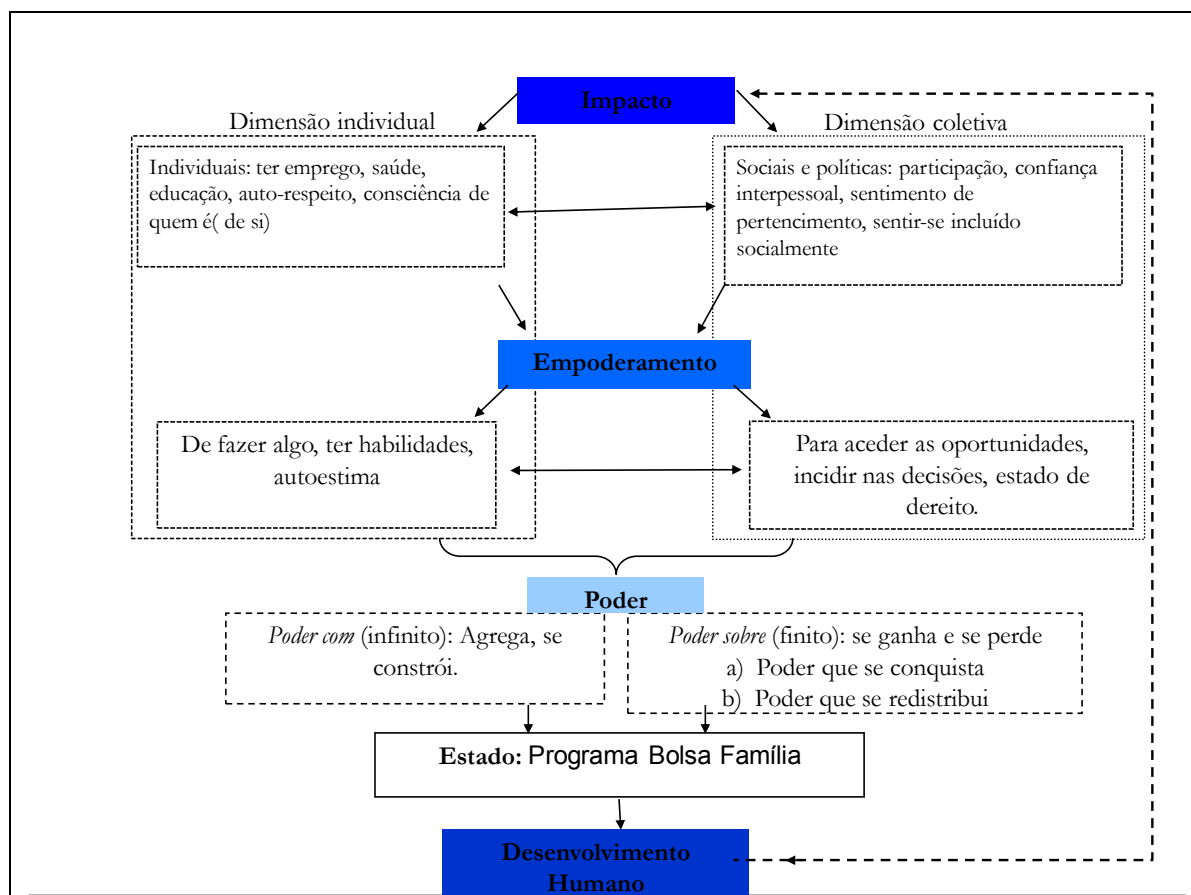
Quadro 2: Operador de análise identidade dos sujeitos

Eixo	Conceitos	Dimensões	Indicadores	Procedimentos
Identidade	“Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas consciente do inacabamento, sei que posso ir além dele [...]”. (FREIRE, 1996, p. 54). “Cada um de nós é uma sociedade de várias personalidades.”	Autoria	Identificação dos sujeitos	Entrevistas. Observação. Registro das imagens de cenas e eventos do cotidiano.

Fonte: DORNELLES, 2008, p. 50.

Esta análise foi organizada em torno de três tipos de tratamento da informação: análise de conteúdo temático, categorial e tipológico, que procura identificar a diversidade através dos consensos e das divergências perante determinadas dimensões.<sup>2</sup> Ver Quadro 3.

Quadro 3: Impacto-Empoderamento-Desenvolvimento humano



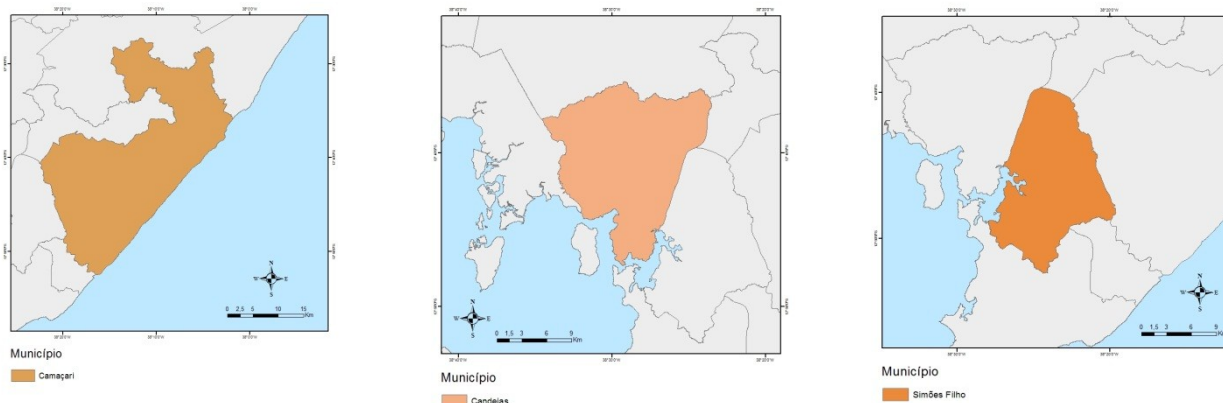
Fonte: Banco de dados da Pesquisa AIPBFRMS

Acredita-se que um trabalho avaliativo deste tipo implica projetar linhas possíveis de intervenção social, tendo em vista uma melhor adequação do Programa Bolsa Família que a pesquisa identificou. Neste sentido, as considerações oriundas do processo de investigação que a pesquisa recomenda constituíram-se a partir do olhar das famílias sobre o Programa Bolsa Família. Por conseguinte, esta investigação objetivou descrever e compreender as percepções das famílias socialmente vulneráveis, assistidas pelo Programa Bolsa Família, acerca dos impactos do programa sobre seus cotidianos e sua vida em geral. Propôs-se, então, apresentar a forma como as famílias se relacionam com o Programa Bolsa Família e os efeitos deste nas suas narrativas de vida e definição que fazem de si, dos seus contextos sociais, das suas condições econômicas e dos espaços territoriais em que se inscrevem.

Ser beneficiária do Programa Bolsa Família não se caracteriza com um rótulo comum, vago e inconsequente, pois envolve importantes efeitos sociais, e as famílias beneficiárias sabem disso,<sup>3</sup> refletindo e analisando o seu presente, passado e futuro ligado ao programa. As entrevistas ofereceram um singular contexto para a emergência desta reflexividade social que os sujeitos da pesquisa desenvolveram sobre “si, os outros e sobre o Programa Bolsa Família”.

## Resultados e considerações

Figura 1 – Municípios de Camaçari, Candeias e Simões Filho<sup>4</sup>



A fim de propor uma reflexividade sobre a temática investigativa, a pesquisa apresenta os seguintes resultados, quanto a:

**Memórias de exclusão** – Constata-se a eficácia do Programa Bolsa Família ao defender a preferência em garantir a sobrevivência da mesma a partir do próprio esforço. Além de, em determinadas circunstâncias, o programa, nos municípios que foram foco da pesquisa, figurar a curto prazo como alternativa concreta frente à erosão de direitos básicos.

**(Ir)reversibilidade das trajetórias de pobreza e miséria** – A pesquisa identifica efeitos positivos sobre o nível da frequência escolar, entretanto, constata que não é claro/nítido o impacto sobre a aprendizagem, nem sobre a capacidade dos jovens aceder a melhores condições no mercado de trabalho futuro.

**Relação com o trabalho e o emprego** – A pesquisa aponta que não há desestímulo ao trabalho e tampouco à busca de emprego, entretanto, constata que a oferta de postos de trabalho para este grupo em situação de vulnerabilidade é exígua, insuficiente. Além do fato de não haver espaços concretos a médio e longo prazo que preparem para o incremento de formação qualificada.

**Modos de inserção coletiva e formal** – A pesquisa constata que o Programa Bolsa Família, ao promover o acesso à renda para uma significativa parcela da população empobrecida, não assistida pelo sistema de previdência social e que se encontra à margem do mercado de trabalho, enfrenta a miséria, não combate a pobreza, alivia.

O Programa Bolsa Família nos municípios-foco da pesquisa não atua sobre determinantes importantes de efeitos laborais e reais locais, sendo apontado pela pesquisa que seu impacto no campo da inserção laboral não apresenta efeitos nítidos.

O Programa Bolsa Família contribui para manutenção do *status quo* da pobreza, mantendo a população empobrecida, margeada por linhas de exclusão, não mais como pobres-miseráveis, mas como pobres-consumidores, que fazem com que movimente a economia de áreas locais economicamente deprimidas nos municípios-centro da pesquisa.

**Perfil identitário das famílias beneficiárias** – A pesquisa levantou dúvidas importantes sobre o real efeito do empoderamento feminino a partir do critério da titularidade, constatando que este critério, isoladamente, não garante o poder e a autonomia das mulheres beneficiárias, sendo necessárias ações

articuladas e combinadas que informem e garantam acesso a direitos e proteção socioassistencial. A pesquisa, em alguns casos, detectou a introdução de certo grau de tensões intrafamiliares.

**Avaliação subjetiva de seus impactos** – A pesquisa constata que as dificuldades para aceder a certos campos da vida social não são produto exclusivo de baixo nível educativo ou de falta de acesso e condições de saúde.

**Relações sociais** – Constata-se, por fim, que no sistema capitalista existe uma parcela significativa da população mundial que vive marginalizada por não ter um padrão de vida que atenda às suas necessidades básicas. E os municípios-foco da pesquisa representam o microcosmo desta realidade.

Numa sociedade que preza a acumulação de riquezas, a pobreza e a desigualdade são crescentes; isso, principalmente, nos países periféricos como os da América Latina, por exemplo. Citamos anteriormente o caso do Brasil e a região Nordeste mais especificamente (ver Figura 1).

Para Estivil (2003), a palavra “pobre” expressa três tipos de carências: “ter pouco”; “valer pouco”; “ter pouca sorte”. Esta carência pode ser estrutural: *ser pobre*; circunstancial: “estar pobre”; excludente: “não ser rico”; voluntária: “tornar-se pobre”; fingida: “fazer-se de pobre”. Essa análise leva a refletir sobre a tendência à responsabilização que se impõem aos pobres pela situação em que se encontram.<sup>5</sup>

Hobsbawn (2004) caracteriza a pobreza por três conceitos: pobreza social, pobreza moral e pauperismo. Segundo o autor, pobreza social abrange tanto a desigualdade econômica como a desigualdade social. Pobreza moral constata qual a posição social e privação em que se encontra o pobre e questiona a aceitação da pobreza; o pauperismo é formado pelas pessoas incapazes de sair da sua situação precária, não alcançando a satisfação de suas necessidades básicas.

Georg Simmel, um sociólogo do século passado, que por muitos anos fez um estudo sobre a pobreza, tratando-a de modo a considerar os fatores multipolares que lhes são peculiares, referindo-se a questões de cunho fundamental, do ponto de vista interpessoal e de seus vínculos sociais, abre para a perspectiva sócio-histórica de análise, com o texto intitulado *Les pauvres* (Os pobres), do início do século XX, do qual suas análises suscitaram o ponto de partida para o estudo que na época denominou-se de sociologia da pobreza.<sup>6</sup> Simmel refere sobre a importância de sua obra no esclarecimento dos problemas de definição de pobreza e na compreensão proposta dos modos de constituição da categoria pobre e os vínculos que os ligam à sociedade como um todo. A pobreza, de acordo com Simmel (2005), não pode ser definida tão-somente como um estado quantitativo em si mesmo, mas como uma relação à reação social que resulta de uma situação específica. A pobreza é, deste modo, relativa e construída socialmente; afirmativa, defendida também por outros autores como Pereirinha (1996), Rocha (2006), Sposatti (1999).

Considera-se, a partir desta afirmativa, que as formas como cada sociedade trata a questão da pobreza está permeada por um conjunto complexo de elementos morais, políticos e culturais. Disso pode resultar um processo de banalização da pobreza enquanto estrutura e culpabilização do pobre, em relação ao efeito cultural e moral em que é percebido, em certo momento histórico, em uma determinada sociedade.

A definição de pobreza não deve ser restrita, e neste sentido, Simmel é enfático ao afirmar que a pobreza não pode apenas se pautar na carência de provisão de meios, pois esta argumentação é arbitrária e limitada em sua aplicação prática, na medida em que desconsidera a interdependência dos fenômenos socioeconômico-culturais. A pobreza é relativa porque não corresponde “à relação entre os meios individuais reais, mas aos fins vinculados ao indivíduo, *a priori* social, que varia de acordo com o status” (SIMMEL, 2005, p. 95). Desse modo, a pobreza é tratada de forma marginal e os mecanismos utilizados caracterizam-se mais como bandagens de alívio, ao invés de ser efeito, que atuando na causa, procuraria combatê-la. As enumeráveis ações desencadeadas possibilitam, em alguma medida, níveis muito tênues de (re)inserção social-laboral, caracterizando-se no que atualmente se denomina de uma “perversa” inclusão.

A ação coletiva, afirma Simmel, em relação aos pobres e à pobreza, limitar-se-ia ao mínimo para preservá-los da degradação física, assegurando que recebam aquilo que têm direito, “mas que não recebam demais”. A essa ação coletiva Simmel (2005) chama de “assistência”; e nesse caso seria destinada a uma faixa da sociedade e teria caráter pessoal, que cobriria apenas uma pequena parcela da população necessitada, o que resulta muito mais em uma ação que sustenta aqueles que (ainda) não estão na precariedade, mas sob tutela, e numa falsa cidadania, resultando numa situação em que o “bem feito” (e não o direito reconhecido) cabe mais ao doador do que a quem “o recebeu”.

Sant’Ana, ao fazer uma análise sobre a finalidade da assistência a partir da compreensão proposta por Simmel, considera que,

[...] a finalidade desta assistência estaria em mitigar as diferenciações extremas, de forma a permitir que as estruturas sociais fundadas sobre estas diferenciações mantenham o *status quo* social. Ele observa igualmente que o Estado refere-se ao princípio da obrigação de assistir aos pobres, mas essa obrigação não se traduz em um verdadeiro direito (SANT’ANA, 2007, p. 7).

Apenas a coletividade é capaz de mudar as circunstâncias econômicas e culturais fundamentais que provocam a condição de pobreza, “a tarefa de mudar essas circunstâncias, de modo que ofereçam menor possibilidade de empobrecimento resultante de fraqueza individual, de falta de oportunidade ou de privações” (Simmel 2005, p. 85). Considera-se oportuno e pertinente esta abordagem sobre a institucionalidade da pobreza, em texto formatado no início do século XX, que trás em seu conteúdo elementos muito atuais de análise, muito embora seus elementos possam não ser suficientes para fazer frente à experiência social da pobreza e da precariedade.

A pobreza inclui falta de autonomia econômica, a questão da insegurança alimentar, a precariedade habitacional, a baixa escolaridade, pouco acesso à saúde, ausência de reconhecimento social, de gênero, étnica, e fragilidade em esperança no futuro. Os dados apresentados pela pesquisa, juntamente com esse rol de carências, leva a crer que a pobreza não pode ser considerada levando-se em conta o caráter do discriminante econômico; ela é geradora de um processo de desqualificação pessoal, coletivo e, se persistente, com danos irreparáveis para todo o tecido social, ou seja, o “farrapo social” como afirmam Salamá et al. (1997), no qual a sociedade está se transformando.

A pesquisa, diante do exposto, propõe que, para este universo, se intensifiquem ações de fortalecimento comunitário, de redes de troca solidárias e um plano de desenvolvimento local integrado e sustentável.

**Territórios de vida** – A pesquisa encontrou elementos de análises que suscitaram exercícios de reflexividade, como a noção de Território do Bolsa Família. Entende-se que o poder é múltiplo e não se restringe ao Estado Nacional, mas a diversas organizações que se projetam no espaço, definidas pelas diferenciações que os compõem. Pode-se então, nesta ocasião, propor igualmente a noção do território do Bolsa Família, dadas as diferenças que constituem estes territórios e suas relações econômicas, sociais e culturais. O território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders) (SOUZA, 1995, p. 86).

As imagens territoriais revelam as relações de produção e, conseqüentemente, as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda (RAFFESTIN, 1993, p. 152). Segundo Santos (1994, p. 15-16), é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. É, sobretudo, a partir da intensificação dos novos usos, via as organizações transnacionais, que teremos uma nova realidade territorial, com funcionalidades diferentes, criando novos recortes, intensificando a pobreza no território. A partir desse aumento vertiginoso, tenta-se remediar a pobreza através dos Programas de Transferência de Renda, no caso mais específico desta

análise, o Programa Bolsa Família. A utilização do território, pautado em uma relação dialeticamente contraditória, intensificou usos distintos dos territórios. É o que essencialmente distingue atualmente *territórios do Bolsa Família do território das redes do capital*.

À medida que se ampliam as condições de reprodução do capital, ampliam-se os territórios de exclusão, ou seja, o incremento da tecnificação, subordinado aos interesses externos ao lugar, tornando-o cada vez mais dependente e reproduzindo a pobreza. Uma diferenciação entre os territórios e os diferentes processos que se realizam na Região Metropolitana de Salvador (Candeias, Camaçari, Simões filho), isto é, o território do Bolsa Família (circuito inferior) e o território das redes a serviço do grande capital (circuito superior) são produto histórico do crescimento econômico desigual. Portanto, é possível constatar recortes territoriais inseridos na Região Metropolitana de Salvador, que se diferem por suas diferentes funções, dialeticamente contraditórias. Apesar de compreender-se que o Programa Bolsa Família, nos moldes atuais, é insuficiente para a erradicação da pobreza, a pesquisa aponta como importante aspecto o de ser um gerador e circulador de recursos, favorecendo a instalação de arranjos produtivos locais, favorecendo a horizontalização das relações no circuito inferior da economia.

O que se problematiza do Programa Bolsa Família<sup>7</sup> são justamente os aspectos que se relacionam com a entrada no sistema, que se restringe quase sempre pelo déficit de renda. As análises que a pesquisa detectou estão nos aspectos da pobreza e da extrema pobreza que não as vincula tão somente ao déficit de renda, mas a múltiplos e complexos aspectos da vida, provocados pela desigualdade social, concentração de riqueza e parco investimento nas políticas sociais locais.

Conclui-se que este cenário tenha diante de si oportunidades ímpares: a de repensar, num quadro de fortes restrições orçamentárias e persistência da pobreza estrutural em meio ao aumento do desemprego,<sup>8</sup> brechas, e, neste sentido, o Programa Bolsa Família sinaliza uma via de ruptura. Contudo, não pode ser visto como a única via. O investimento e fomento da/na rede socioassistencial<sup>9</sup> é um outro caminho. Não para incorporar a família no Programa Bolsa Família, mas sim, para retirar a família com dignidade e compreensão do processo de empobrecimento crescente e contínuo.

A grande preocupação que paira no cenário contemporâneo sobre a política social adotada no Brasil, desde meados dos anos de 1990,<sup>10</sup> parece conferir um olhar prioritariamente para ações de curto prazo no intuito declarado de aliviar carências decorrentes da situação imediata de pobreza, mediante iniciativas descontínuas e pontuais e de institucionalidade rarefeita, sem, no entanto, que haja uma base que corrobore em ações de enfrentamentos sistemáticos, orientados.

O temor que aponta o horizonte em médio prazo é o de não contribuir para o empoderamento destes sujeitos, e, deste modo, estar colaborando para a consolidação de uma geração de indivíduos dependentes de benefícios, pois

[...] daqui a vinte anos, contudo, o adulto inscrito, por exemplo, no Programa Bolsa Família não terá mais filhos em idade escolar para se habilitar ao recebimento do auxílio. Muito provavelmente não terá ingressado no mercado formal de trabalho. Obviamente não terá se transformado em autônomo qualificado para o mercado terceirizado. Não terá contribuído para a previdência e não estará, portanto, apto a se tornar aposentado. Poderá usufruir benefícios não-contributivos da seguridade social, engrossando as estatísticas de redução da pobreza, ou será um “novo” pobre, velho e desamparado? (WERNECK VIANNA, 2002, p. 22).

A pesquisa concluiu que há premente necessidade de se buscarem brechas e cavarem espaços que potencializem ações continuadas, sistemáticas e efetivas, e que deverão contribuir para o fortalecimento das políticas sociais, sobretudo em termos locais e regionais. Assim, teremos acesso à garantia de direitos de uma significativa parcela da população que não se encontra nem à margem do sistema, nem dentro do sistema, mas fora dele, ou seja, excluída. No momento que este cenário cause

desânimo e falta de perspectivas para a continuidade do caminho, é necessário vislumbrar o imaginário, para que este imaginário rompa a percepção funesta e pessimista do real.

Constatou-se, com base nos dados coletados pela pesquisa, um discurso forte e transversal presente em todas as falas dos diferentes sujeitos entrevistados de que a pobreza persistente assemelha-se a um processo de vida-morte. Dito de outro modo, entende-se que falam de um processo invisível que transita da regulação/emancipação para um processo visível de apropriação/violência como uma das expressões da pobreza. Interessante, pois biologicamente a morte acontece quando há o abandono do corpo material de um estado (vida) para outro (morte), uma condição alheia a nossa vontade, como algo imponderável. Este estado é reconhecido por todos nós, como uma imposição inevitável pela qual passa todo o ser vivo. Todavia, quando a insuficiência persistente coloca em contato frequente com a redução ao nada, com a fome, o pressuposto da transformação de um estado para outro, que denomina de não-vida, aparece como assustador e gera, por conta disso, uma crise. Desta constatação do estado de não vida que a pobreza persistente nos coloca, pode se pensar na morte como incapacidade de sonhar com dias melhores, na incapacidade de ser ouvido e de poder falar. Morte do desejo de qualidade na vida que se vive, morte do acesso às múltiplas possibilidades de conquistar uma vida descente, do direito de ter direito. Questiona-se esta imponderabilidade do viver-morrer. Morre-se quando se perde a capacidade de acreditar.

Morre-se quando se perde a consciência do lugar em que se está, da capacidade de organizar para reivindicar e reinventar a vida. Morre-se quando a consciência se transforma em coisa e coisificada transforma os sujeitos de direito em produto e as políticas sociais em mero suporte de uma desigualdade que teima em se consolidar como parte integrante da sociedade contemporânea.

Este artigo termina, portanto, com várias questões, com muitas inquietações. Talvez, de todas elas, se possa destacar esta: a de se saber como se processa a possibilidade da consciência em condições tão precárias? Não sabemos a resposta, entretanto, um pensamento de Morin se apresenta como uma via possível de pensar-se em estratégias efetivas e não paliativas; emancipatórias e não compensatórias. Diz ele que a consciência “não é a luz que ilumina o espírito e o mundo, mas sim o clarão ou o flash que ilumina a brecha, a incerteza, o horizonte” (MORIN, 1973, p. 133).

## Referências

- BORGES, Ângela. Reestruturação produtiva e trabalho na Região Metropolitana de Salvador: a construção de um novo patamar de precariedade. *Cadernos Metrópole*, 14, 2005, p. 85-101. Disponível em: <[http://web.observatoriodasmetrolopes.net/download/cm\\_artigos/cm14\\_75.pdf](http://web.observatoriodasmetrolopes.net/download/cm_artigos/cm14_75.pdf)>.
- BOURDIEU, P. A precariedade está por toda parte. In: *Contrafogos*. Rio de Janeiro, 1998.
- BRASIL. Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br>>. Acesso em: 22 fev. 2008.
- \_\_\_\_\_. Decreto 6.157, de 16 de julho de 2007. Dá nova redação ao art. 19 do Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.
- \_\_\_\_\_. Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. DOU 12/01/2003.
- \_\_\_\_\_. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Institui o Benefício Continuoado. DOU 08/12/1993
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Sistema de Vigilância Alimentar SISVAN. Disponível em: <<http://sisvan.datasus.gov.br/links.asp>> Acesso em: 10 dez. 2007.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Departamento de Benefícios Assistenciais. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/relocrys/bpc/indice.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2008.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania SENARC. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizsrch.asp>> Acesso em: 3 de março de 2008.
- \_\_\_\_\_. Constituição Federal do Brasil. DF. 1988.
- DORNELLES, D. F. Direitos humanos e pobreza na sociedade contemporânea. *Serviço Social & Realidade*, v. 16, p. 2007-234, 2007.
- \_\_\_\_\_. Pobreza e contemporaneidade – desafios para a equidade social. *Perspectiva Latino Americana*, v. 3, p. 10-34, 2008.
- \_\_\_\_\_. Pobreza e políticas sociais: é possível combinar complexidade com equidade?. *E-cadernos*, v. 02, p. 01-20, 2008.

- \_\_\_\_\_. Política social compensatória ou emancipatória? – Fórum de Políticas Sociais das Universidades do Mercosul – FOMERCO, Aracaju, set. 2006.
- DORNELLES, D. F.; VITALE, D.; PINTO, I. Educação para a cidadania e o controle social das políticas públicas. *Gestão em Ação*, Salvador, n. 9, p. 103-117, 2006.
- ESTIVILL, Jordi. Panorama da luta contra a exclusão social: conceitos e estratégias. Genebra: BIT/STEP, 2003.
- FNUAP. Rastos e marcos: população e mudanças ambientais – situação da população mundial. New York: FNUAP, 2001. PNUD. Informe sobre el desarrollo humano 2000. New York: PNUD, 2001. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/pnud/>>. Acesso em: 13 set. 2007.
- UNIFEM. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Disponível em: <[www.unifem.org.br](http://www.unifem.org.br)>.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- LAVINAS Lena; GARCIA Eduardo Henrique. *Programas sociais de combate à fome: o legado dos anos de estabilização econômica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- LINHARES, Fernando. *Bolsa Família: um novo arranjo para os programas de transferência de renda no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFF, 2005.
- MARQUES, Rosa Maria. A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>.
- MASLOW, H. *A theory of human motivation*. *Psychological Review*, v. 50 #4, p. 370-396, 1943.
- MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o\\_programa\\_bolsa\\_familia/beneficios-e-contrapartidas](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas)>. Acesso em: 31 ago. 2008.
- MENEZES, Santarelli Francisco Mariana. Bolsa Família: vencendo a pobreza? Disponível em: <[http://www.fetecsp.org.br/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=39810](http://www.fetecsp.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=39810)>. Acesso em: ago.e 2008.
- MORIN, Edgar. *O paradigma perdido: a natureza humana*. 4. ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1973.
- PAUGAM, Serge (2003) La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle, pauvreté, Paris, PUF.
- PEREIRINHA, José A. Welfare states and anti-poverty regimes: the case of Portugal, South European. *Society & Politics*, v. 1, n. 3, p. 198-218, 2003.
- POCHMANN, M, A. BARBOSA, A. CAMPOS, R. AMORIM e R. ALDRIN (Org.). *Atlas da exclusão social*. v. 4: A exclusão no mundo. São Paulo: Cortez, s.d.
- INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA – IPEA. Disponível em: <[http://www.mpas.gov.br/docs/forum/ConclusoesForum\\_31out2007](http://www.mpas.gov.br/docs/forum/ConclusoesForum_31out2007)>.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- ROCHA, Sônia. *A pobreza no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- SANT'ANA, Sarah Mailloux. A perspectiva brasileira sobre a pobreza: um estudo de caso do Programa Bolsa Família. Disponível em: <[http://www.enap.gov.br/dmdocuments/Resumo58\\_1.pdf](http://www.enap.gov.br/dmdocuments/Resumo58_1.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, *Para além do Pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78, 2007. Disponível em: <[http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/150\\_Para%20alem%20do%20pensamento%20abissal\\_RCCS78.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/150_Para%20alem%20do%20pensamento%20abissal_RCCS78.pdf)>.
- SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec; Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994. (Geografia, Teoria e Realidade, 30).
- SANTOS, M. Uma revisão da teoria dos lugares centrais. In: *Economia Espacial*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 125-134.
- SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA – SENAR. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizviewbr.asp?>>.
- SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=374:sei-apresenta-indicadores-sociais-a-equipe-do-fundo-de-combate-a-pobreza&catid=1:latest-news&Itemid=243](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=374:sei-apresenta-indicadores-sociais-a-equipe-do-fundo-de-combate-a-pobreza&catid=1:latest-news&Itemid=243)>.
- SENADO FEDERAL. Relatório sobre a Feminização da Pobreza. Elaborado pela Comissão Externa Feminização da Pobreza. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/anodamulher/destaques/relatorio\\_cd.asp](http://www.senado.gov.br/anodamulher/destaques/relatorio_cd.asp)>. Acesso em: dez. 2007.
- SILVA Soraya Souza. Desenvolvimento Econômico no Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/20765/1/desenvolvimento-economico-no-estado-da-bahia/pagina1.html>>. Acesso em: 07 dez. 2009.
- SIMMEL, Georg. L'as des pauvres: La vie quotidienne en cite de transit. 2005. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 24 set. 2007.



SOARES, F. V.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. G. Programa de Transferência de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. IPEA: Texto para Discussão nº 1228. Brasília: out. 2006.

WERNECK VIANNA, M. L. T. O silencioso desmonte da seguridade social no Brasil. In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. (Org.). Política social e democracia. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: /UERJ, 2001.

VAL, Valdicéia. (1999). Região Metropolitana de Salvador. 1999. Disponível em: <<http://www.fgv.br/ibre/cps/artigos/reportagens/1999/IPEA%20Diz%20que%20Bahia%20Ocupa%203%20Lugar%20em%20Pobreza%20e%20Indigencia.pdf>>. Acesso em: set. 2008.

<sup>1</sup> CEF/1988 – Capítulo II – Dos Direitos Sociais, art. 6º; Lei 8.742 – Capítulo I – Das Definições e dos Objetivos, art. 1º.

<sup>2</sup> Para maior aprofundamento deste estudo, é interessante ver: *A espacialização da pobreza no território baiano*. Disponível em:

em: <[http://www.seplan.ba.gov.br/a\\_espacializacao\\_do\\_desenvolvimento\\_social\\_no\\_territorio\\_baiano\\_parte2.pdf](http://www.seplan.ba.gov.br/a_espacializacao_do_desenvolvimento_social_no_territorio_baiano_parte2.pdf)>. Acesso em: ago. 2008. Ver também o texto de Lúcio e Dornelles: *Do social ao territorial: uma análise do PBF*. (2009). Disponível em: <<http://www.joinpp2009.ufma.br/trabalhosRecomendados.php>>.

<sup>3</sup> Aborto – A questão do estigma social, enfatizando a dualidade em que vivemos: uma sociedade politicamente democrática e socialmente estigmatizante. Ver Dornelles (2006): *Programas de transferência de renda: uma tentativa de promoção da equidade social?* Disponível em: <[www.artigonal.com/.../programas-de-transferencia-de-renda-uma-tentativa-de-promocao-da-equidade-social-379955.html](http://www.artigonal.com/.../programas-de-transferencia-de-renda-uma-tentativa-de-promocao-da-equidade-social-379955.html)>.

<sup>4</sup> Para permitir a comparabilidade, a metodologia empregada no universo da coleta de dados, a saber, os municípios de Camaçari, Candeias e Simões Filho, situados na Região Metropolitana de Salvador, combinou-se a coleta de dados discursivos e qualitativos sobre o (1) O perfil das famílias beneficiárias; (2) Dos agentes governamentais (técnicos, secretários e/ou gestores do Programa Bolsa Família) ligados à gestão local; (3) Tempo e modo de vinculação ao programa; e (4) Funcionamento do programa em âmbito local.

<sup>5</sup> Sobre a dimensão da pobreza, ver também: SPOSATI, Aldaiza. *Pobreza e desigualdade no século do desperdício*: <[http://www.icsw.org/globalconferences/Brazil2006/papers/aldaiza\\_sposati.pdf](http://www.icsw.org/globalconferences/Brazil2006/papers/aldaiza_sposati.pdf)>. 2006. Acesso em: 25 ago. 2007.

<sup>6</sup> Para discorrer sobre a temática da pobreza, a partir da base teórica proposta por Simmel, será utilizado como base o artigo de Sarah Maillieux Sant’Ana, intitulado – *A perspectiva brasileira sobre a pobreza: um estudo de caso do Programa Bolsa Família*.

<sup>7</sup> Ver também em BACHTOLD, F. *Bolsa Família tem problemas em 90% de cidades auditadas*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

<sup>8</sup> Ver estudos de CAMPOS, A.; POCHMANN, M.; AMORIM, S.; SILVA, R. (Org.). *Atlas da exclusão social no Brasil – dinâmica e manifestação territorial*. São Paulo: Cortez, 2003. v. 2.

<sup>9</sup> Ver Também estudos de LAURELL, A. C. *Regímenes de geración de bienestar*. Comisión de Desarrollo Social, Cámara de Diputados / LVII Legislatura, Congreso de la Unión Desarrollo Social – modelos, tendencias y marco normativo, México, 2000, p. 109-120.

<sup>10</sup> SOUZA, J. A Gramática social da desigualdade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, fev. 2004, p. 79-96.